



A ORIGEM DA EDUCAÇÃO DOMÉSTICA EM SERGIPE: DO IMPÉRIO À REPÚBLICA

THE ORIGIN OF DOMESTIC EDUCATION IN SERGIPE: FROM THE EMPIRE TO THE REPUBLIC

EL ORIGEN DE LA EDUCACIÓN DOMÉSTICA EN SERGIPE: DEL IMPERIO A LA REPÚBLICA

Maria José Torres Lima¹

e422787

<https://doi.org/10.47820/recima21.v4i2.2787>

PUBLICADO: 02/2023

RESUMO

O presente artigo encontra-se no campo da História da Educação e tem por finalidade situar a educação doméstica na sociedade sergipana durante o Império e início da República. Para isso, fora realizada análise documental e bibliográfica. Para fundamentar a análise histórica, considerou-se o contexto sócio-político que conformaram as sociedades sergipana e brasileira, momento em que se vivenciavam as mudanças sociais, políticas, econômicas e educacionais devido à transição do sistema Imperial para o Republicano. Nossa hipótese é que fragilidade e os ensaios de instalação da ordem educativa pública estatal apresentada em Sergipe mantiveram e deram sobrevida à modalidade de educação realizada no espaço privado da casa.

PALAVRAS-CHAVE: Educação doméstica. Sociedade. Ensino.

ABSTRACT

This article is in the field of History of Education and aims to situate domestic education in Sergipe society during the Empire and early Republic. For this, documentary and bibliographical analysis was performed. To support the historical analysis, it was considered the socio-political context that shaped the Sergipe and Brazilian societies, when social, political, economic and educational changes were experienced due to the transition from the Imperial system to the Republican. Our hypothesis is that fragility and the installation tests of the state public educational order presented in Sergipe maintained and gave survival to the mode of education held in the private space of the house.

KEYWORDS: Domestic education. Society. Teaching.

RESUMEN

El presente artículo se encuentra en el campo de la Historia de la Educación y tiene por finalidad situar la educación doméstica en la sociedad sergipana durante el Imperio e inicio de la República. Para ello, se realizó análisis documental y bibliográfico. Para fundamentar el análisis histórico, se consideró el contexto sociopolítico que conformaron las sociedades sergipana y brasileña, momento en que se vivenciaban los cambios sociales, políticos, económicos y educativos debido a la transición del sistema Imperial para el Republicano. Nuestra hipótesis es que fragilidad y los ensayos de instalación del orden educativo público estatal presentados en Sergipe mantuvieron y dieron supervivencia a la modalidad de educación realizada en el espacio privado de la casa.

PALABRAS CLAVE: Educación doméstica. Sociedad. Enseñanza.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem como tema a educação doméstica presente nos oitocentos e início dos novecentos nas províncias brasileiras, com interesse especial na província de Sergipe (Brasil). A princípio, essa modalidade de educação pode ser definida por se realizar no interior da casa do

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Sergipe.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A ORIGEM DA EDUCAÇÃO DOMÉSTICA EM SERGIPE: DO IMPÉRIO À REPÚBLICA
Maria José Torres Lima

mestre ou da família do estudante, cujo professor, preceptor ou explicador oferecem seu serviço de ensinar a quem dispuser de proventos para adquiri-lo.

Para dar cabo desta pesquisa inicial, foram estabelecidos alguns objetivos específicos: desvendar a prática da educação doméstica em Sergipe; analisar quem eram os envolvidos neste tipo de ensino; como se dava essa prática no interior das casas do mestre ou do aluno. Nossa hipótese é que a educação particular em domicílio, foi durante muito tempo a única via de acesso à instrução para meninos e meninas em Sergipe.

A educação doméstica ofertada nas casas dos mestres ou da família do estudante, que ocorria externa às instituições escolares, mas, ainda assim, sob o controle do poder público e, especialmente, da família, ganha espaço entre as elites em tempos anteriores a instalação da instrução pública estatal por volta século XIX no mundo Europeu e, no final do mesmo século, em território brasileiro. Essa modalidade como um processo e forma de ensino, foi amplamente praticada em diferentes etapas etárias e para diferentes conteúdos disciplinares, expandindo também para a aprendizagem dos comportamentos sociais e, com finalidade para público feminino, o que se convencionou educação para o lar.

Preceptores, amas e mestres, faziam parte do cotidiano da classe abastada, sobretudo de príncipes e princesas do continente europeu. Como pessoas de confiança da coroa, essas pessoas tinham o privilégio de residir na moradia suntuosa e gozar de regalias sociais na corte (VASCONCELOS, 2004).

2. A EDUCAÇÃO DOMÉSTICA: INDÍCIOS DE SUA ORIGEM

No Brasil, não se tem indícios concretos de quando essa prática foi inaugurada, porém, é sabido que aqueles que detinham grande valor econômico ainda no Brasil Colônia, contratavam pessoas letradas para ensinar-lhes e aos seus filhos as primeiras letras, mesmo que rudimentarmente. Além disso, padres jesuítas e suas aulas-régias, eram alocadas em residências na qual se ensinava leitura, escrita e religião.

Foi exatamente neste ponto que talvez essa prática tenha começado no país, com os religiosos. Numa época em que aqueles que desejavam seguir a vida religiosa necessitavam alfabetizar-se, algo que iria muito além da vocação.

Diante do princípio da obrigatoriedade de conhecimentos imposto pela igreja aos pretendentes à vida religiosa, os pais eram livres para a escolha de como se daria essa instrução, optando entre os conventos, as escolas imperiais, ou confiando seus filhos a padres que os instruíam em suas casas, como também nas casas dos próprios aprendizes, variando conforme a condição social de ambos, padres e famílias. Discípulos educados por membros da Igreja tornaram-se mestres hábeis, fazendo dos 'recintos dos claustros e dos conventos' lugares 'acanhados para conter toda a ciência que ali se acha'. E, através desses mestres, vão sendo difundidos e popularizados os conhecimentos a quem era permitido e o que era permitido saber, rompendo-se com os limites dos seminários religiosos e tornando-se a educação doméstica uma opção bastante utilizada nessa finalidade. (VASCONCELOS, 2004, p. 24).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A ORIGEM DA EDUCAÇÃO DOMÉSTICA EM SERGIPE: DO IMPÉRIO À REPÚBLICA
Maria José Torres Lima

É, assim, no Brasil do século XVII que a prática da educação doméstica vai começando a ganhar espaço. Mesmo num período em que a leitura e a escrita não eram competências consideradas importantes pela maior parte da sociedade devido ao fato de suas funções sociais e trabalhistas se restringirem a atividades práticas e manuais. Tanto a aristocracia portuguesa recém-chegada quanto a emergente burguesia local, compreendiam ser uma grande oportunidade de destacar-se ainda mais diante do restante da população. Através da aprendizagem da escrita e da leitura, a elite letrada eleva consideravelmente seu status de detentores do poder. Assim, aqueles que podiam arcar com as despesas de um mestre exclusivo para seus filhos, com a regalia de conceber a aprendizagem destes no seio de sua residência, sobressaía aos demais.

Na modernidade, a prática da educação doméstica aplicada às elites ganha fôlego, incentivada pelas mudanças paradigmáticas, nas quais o conhecimento passa a ser valorizado, integrando o estatuto de qualidades necessárias àqueles destinados à condução dos demais. Dessa forma, a educação doméstica, ou seja, as práticas educativas realizadas intencionalmente nas casas dos aprendizes, antes um privilégio de príncipes e nobres, vão, a partir do século XVIII, tornando-se populares entre as classes abastadas, constituídas, também, por altos funcionários do governo e por ricos comerciantes, que aspiram para os seus filhos uma educação "esmerada", de acordo com aquilo que, à época, era considerado parte do estatuto de distinção entre os sujeitos: saber ler e escrever, ter conhecimentos de teologia, filosofia, retórica e línguas (VASCONCELOS, 2004, p. 25).

No século XVIII, as tentativas de organização da escola pública, e os frustrantes exemplos que dela ocorrem, reforçam cada vez mais as práticas educativas fora do sistema governamental, pois,

[...] o modelo cultural e educativo, forjado a partir das práticas educacionais utilizadas pela Igreja, já não correspondem mais às exigências econômicas, políticas e sociais da população e o Estado, progressivamente, toma o lugar da Igreja, buscando a institucionalização e estatização da educação. Nessa perspectiva, desenvolve-se a forma escolar que, sob a tutela do Estado, pretende uniformizar e reunir a educação da população em espaços adequados para esse fim. No entanto, o sistema escolar incitado pelo Estado não se destina a toda a população e parte dela permanece utilizando as práticas já consagradas de educação realizada no âmbito doméstico, porém, inaugura-se a discussão quanto à adequação de tais espaços para a educação: a Casa e a escola. Todavia, a questão da educação e a escolha entre as modalidades possíveis eram colocadas somente às camadas situadas nos estratos sociais mais elevados e não ao povo (VASCONCELOS, 2004, p. 27).

Nesse mesmo século, crescem as iniciativas de contratação da preceptora ou do mestre particular para ensinar lições de leitura e escrita à elite brasileira. Para a preceptoria, as estrangeiras eram as preferidas para a aprendizagem dos pupilos. Com poucas profissões aceitas socialmente para o sexo feminino, a instrução de crianças era uma saída para mulheres solteiras e viúvas, principalmente, conseguirem um meio de ganhar dinheiro.

Dessa forma a educação da pequena burguesia estava garantida através do ensino doméstico, que, realizado dentro de suas próprias casas, com a preceptora na maioria dos casos, residindo no âmbito de trabalho, visava a aprendizagem de trabalhos manuais, línguas estrangeiras, manifestações artísticas e, é claro, da escrita e da leitura.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A ORIGEM DA EDUCAÇÃO DOMÉSTICA EM SERGIPE: DO IMPÉRIO À REPÚBLICA
Maria José Torres Lima

A preceptoría, como principal estratégia de educação doméstica das elites no contexto europeu, [...] se dá pelo fato de os preceptores terem sido, durante o século XIX, os grandes difusores e intérpretes das ideias “modernas” dos filósofos e pensadores. Seja pelo isolamento das cidades, mais ainda, das grandes propriedades territoriais, onde se situavam as mansões senhoriais, seja pelo excesso de riqueza e ostentação, contrastado com a extrema miséria dos preceptores, esses fatores favoreceram “violentas” originalidades, entre as quais o desejo de influenciar aqueles que, no futuro, representariam a classe dominante. (VASCONCELOS, 2004, p. 155).

No começo do século XIX, muitas preceptoras começaram a chegar ao Brasil, desmotivadas pela queda da oferta da preceptoría na Europa e dos baixos salários, muitas mulheres resolveram arriscar-se nos países que supostamente encontravam-se a pleno vapor no quesito modernização. Além disso, a profissionalização da profissão docente na Europa, fez com que muitas delas desembarcassem em terras tropicais, pois, a partir de 1800, as preceptoras que quisessem trabalhar no ensino doméstico deveriam ter diplomas do *Queen's College*, aprovações em exames no *Junior e Senior Local University* ou até mesmo diploma universitário. Caso contrário, teriam que mostrar um nível de instrução comparável ao das professoras especializadas” (ALBUQUERQUE, 2013, p. 57).

Já a educação dos meninos costumava ser realizada por um mestre particular que frequentava a casa dos aprendizes em um horário estipulado diariamente, ensinando-lhes além das primeiras letras, algumas matérias que serviriam mais tarde para os exames de admissão do curso secundário.

3. EDUCAÇÃO DOMÉSTICA EM SERGIPE

Em Sergipe (Brasil), pôde ser constatado que a educação doméstica é praticada desde a período Colonial e é através dos poucos materiais impressos na comarca de Sergipe Del Rey (1696-1821), que se percebe uma pequena sociedade letrada residente nesse velho território, pelo menos a partir dos anos setecentos, como mostra os estudos feitos por Santos (2011) e Silva (2013).

Devido à pouca circulação de livros no final do século XVII, e não havendo ainda um fluxo de jornais, as únicas maneiras de descobrir quem eram aqueles que tinham o domínio da escrita e da leitura, era por meio de cartas, bilhetes, testamentos, atestados de óbitos e prestação de contas, além dos documentos oficiais relacionados aos assuntos da comarca.

Sergipe contava com um número reduzido de vilas e um território maior que o atual, com uma população escassa e predominantemente rural, assim era demarcado:

[...] a cidade de São Cristóvão, fundada em 1590, por Cristóvão de Barros, próxima à foz do Rio Sergipe, denominada no século XVIII como cidade de Sergipe e/ou Sergipe d'El Rey, foi capital de Sergipe até 1855. Com a instalação da Comarca de Sergipe em 1696, por determinações do Governador Geral D. João de Lancastrô, foram criadas as primeiras vilas pelo Ouvidor Diogo Pacheco Pereira: Santo Antonio e Almas de Itabaiana (freguesia desde 1675); Nossa Senhora da Piedade do Lagarto (freguesia em 1679); Santa Luzia do Itanhy (freguesia desde 1680), duas léguas acima do sítio Areticuiba, onde estava instalada a Vila de Santa Luzia, desenvolveu-se a povoação de Estância em torno da Capela de Nossa Senhora de Guadalupe, causa que induziu os habitantes reivindicarem a elevação de título de vila que era de Santa Luzia, fato que se concretizou em 1831, mas desde 1757, por Provisão Régia, foi concedida a povoação autonomia para realizar atos jurídicos



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A ORIGEM DA EDUCAÇÃO DOMÉSTICA EM SERGIPE: DO IMPÉRIO À REPÚBLICA
Maria José Torres Lima

como vereações, audiência, rematações entre outros; Santo Amaro das Brotas (freguesia em 1761) e vila em 1699 devido às disputas políticas. Já Vila Nova do Rio São Francisco era denominada de vila, mas era uma povoação, que só foi elevada à vila em 1731 (NUNES, 1984 *apud* SILVA, 2013, p. 38).

A ruralidade predominantemente marcada na comarca sergipana, também foi aquela que desenvolveu naqueles que ali residiam estratégias para que seus filhos tivessem acesso ao conhecimento das primeiras letras já que, a distância entre uma vila e outra não permitia que um sistema organizado de escolarização acontecesse. É óbvio, porém, que essas táticas de educação estavam vinculadas quase que exclusivamente com os filhos das classes mais abastadas.

Havia ainda capitães, senhores de engenho e outros detentores de poder econômico na província sergipana que proferiam aos escravos domésticos, a oportunidade de receber alguma instrução, juntamente com seus filhos. O depoimento a seguir, marca essa afirmação.

Se ao menos todos os escravocratas deste país procedessem como o senador Antonio Diniz de Siqueira e Mello nesta província, suavizando a condição do infeliz escravo, a abolição poder-se-ia fazer com lentidão e sem perturbação da ordem social, infelizmente porem nesta província é ele o único que tendo um crescido número de escravos velhos em sua fazenda, os trata com mais zelo do que trata aqueles que lhe estão prestando serviços, a todos dizendo que aqueles pretos velhos são seus conselheiros de estado, que se acham aposentados por ele. Ainda é ele o único, nesta província, que tem um professor pago à sua custa para ensinar a ler aos ingênuos filhos de suas escravas, levando o seu zelo ao ponto de mandar o mesmo professor leccionar á noite os escravos adultos (ALBUQUERQUE, 2013, p. 37).

Através de um estudo realizado por Silva (2013), que resultou em sua tese de doutorado, tendo como fonte os testamentos de uma pequena parcela da população sergipana no período setecentista, fica explicitadas as profissões encontradas nesses documentos e observa-se que, invariavelmente, essas pessoas pertenciam a classe social privilegiada da sociedade. Deste modo, vale destacar os dados encontrados pela pesquisadora:

Quanto à vinculação entre o nível de alfabetismo e letramento e o pertencimento a cargos, ficou comprovado que havia, pois dos 64 indivíduos que sabiam ler e escrever (alfabetizados), 77% eram portadores de cargos: capitão-mor das entradas (1), escrivão (1), licenciado (1), tenente coronel (1), juiz (2), sargento-mor (3), capitão-mor (4), coronel (4), tenente (4), padre (7), alferes (8), capitão (11), todos eles alfabetizados. Dos 14 restantes não encontrei nenhuma menção a pertencimento de cargos, apenas que cinco eram portugueses (SILVA, 2013, p. 219).

É possível observar alguns militares, capitães e padres com destaque nas profissões que formavam basicamente a elite letrada sergipana em meados da época colonial, já familiarizados com a escrita e a leitura e, conseqüentemente, ocupavam cargos de comendo na nascente sociedade local.

Outro artifício da leitura em Sergipe colonial é observado mediante ao acervo de livros encontrados nas vilas e pertencente a bibliotecas particulares de alguns residentes. Na pesquisa realizada por Santos (2008), foi possível identificar um estoque pessoal de livros de propriedade do senhor Antônio Cazimiro que constituía uma importante evidência de prenúncios de uma cultura letrada na comarca de Sergipe Del Rey. Segundo Santos (2011), esse senhor mantinha uma



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A ORIGEM DA EDUCAÇÃO DOMÉSTICA EM SERGIPE: DO IMPÉRIO À REPÚBLICA
Maria José Torres Lima

biblioteca com cerca de 500 livros em sua casa, conforme o inventário deixado para a sua esposa. Assim, a autora conclui que “[...] a referida livraria como uma necessidade criada pela própria estrutura daquela cidade que certamente, tinha um público consumidor dos impressos de Antonio Cazimiro” (SANTOS, 2011, p. 9). Fica evidente que Antonio Cazimiro tinha conhecimento da escrita e da leitura, e em uma época em que a esmagadora maioria da população era analfabeta, a posse de uma biblioteca particular o sobressaía dos demais. Então, é coerente afirmar que este senhor tinha um elevado poder aquisitivo e, provavelmente, fora alfabetizado através da educação doméstica.

Ainda no mesmo estudo, foi possível observar que havia também outros registros de pessoas leitoras que possuíam acervos particulares de livros em Sergipe:

[...] Feliz Francisco Nunes, da Freguesia de Santo Amaro das Brotas, filho natural de José Francisco Nunes e de Anna Cardoso, escrava forra, crioula, já falecida, casado com Francisca Caetana da Conceição, também falecida na época do inventário, teve oito filhos, desses, três casados. Era possuidor de um sítio de terras, denominado Calumby, com casas de morada, de outro sítio, onde morava, o sítio Nossa Senhora da Conceição e também possuía uma casa na Vila de Santo Amaro. Era proprietário de 15 escravos, mas apesar de ser filho de uma liberta, deixa em seu inventário vestígios de que fora educado, ao informar, em seu testamento, que utiliza um livro de contas para registrar suas dívidas ativas, passivas e contas de sua fazenda. Fica, desta forma, evidente a existência de uma escrituração contábil e com ela a educação elementar que era ler, escrever e contar. Deixa também um livro, pequeno, arrolado em seu inventário pelo valor de sessenta réis. O outro possuidor de livros era o Padre Antônio Correia Dantas, que deixa quatro breviários no valor de cinco mil réis, arrolados em seu inventário, juntamente com um sinete com pé de prata no valor de trezentos réis. Não deixa testamento e tem como inventariante o Sargento-mor, seu irmão, Jozé Correa Dantas. (SILVA, 2013, p. 138-139).

Esses desvendamentos demonstram que ainda no período Colonial, onde não havia um sistema integrado de escolas estatais, existia um pequeno grupo de pessoas que era capaz de ler e escrever. Provavelmente esses conhecimentos foram realizados com o auxílio de um mestre particular, ou seja, na prática da educação da casa. Sendo assim, é imprescindível destacar que o ensino em domicílio dava conta de uma pequena parte da sociedade, porém, para a maioria, as opções eram limitadas, ou simplesmente não havia alternativa.

A educação doméstica em Sergipe e no Brasil setecentistas reproduzia, de certa forma, aos modelos europeus, na medida que ocorria no espaço doméstico, porém as professoras e professores nem sempre eram pessoas formadas para tal fim, mas, aquele que soubesse um pouco mais que outrem, estava apto a ensinar, “[...] qualquer um que dominasse os rudimentos da escrita, da leitura e do cálculo não se sentiria constrangido em transmiti-los em ambientes domésticos, privados (SIQUEIRA, 2006, p. 9)”. Essa era a premissa principal do ensino na casa.

Apesar de Sergipe ser no século XVIII uma capitania subalterna administrativamente à Bahia, de não ser de ponta da economia colonial, nem urbana nem mineradora, cuja maioria da população morava na zona rural, havia uma elite não só econômica, política e social, mas também instruída. Tal elite era composta não só por agentes judiciários (juizes, escrivães, tabeliães, avaliadores, partidores, oficiais de justiça, dentre outros), agentes administrativos (ouvidores, capitães-mores, sargentos-mores, camareiros etc.), profissionais liberais (advogados, médicos),



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A ORIGEM DA EDUCAÇÃO DOMÉSTICA EM SERGIPE: DO IMPÉRIO À REPÚBLICA
Maria José Torres Lima

religiosos, militares, como também negociantes, e os despossuídos desta instrução elementar (ler, escrever e contar) recorriam a eles, aos profissionais da escrita, aos escreventes, parentes e amigos para terem e fazer valer seus direitos legais, não alterando em muito o seu cotidiano social, jurídico e religioso pelo fato de não serem instruídos (SILVA, 2013, p. 26).

Embora haja a informação de que a primeira escola instalada em Sergipe Del Rey se deu no ano de 1575 (NUNES, 1984), sabe-se que outras escolas foram alojadas em algumas vilas anos mais tarde, assim como alguns mestres foram trazidos para ensinar aqueles que nelas residiam, porém, à distância e a pouca assistência que as cadeiras de primeiras letras tinham, fizeram com que não vingassem.

A educação doméstica era, então, a maneira de suprir a falta da atuação do poder público, já que com a expulsão dos jesuítas da Colônia brasileira o governo não havia assegurado a educação estatal de qualidade para seu povo e as aulas aconteciam “[...] em sua maioria no interior das casas grandes engenhos e fazendas, responsáveis pela alfabetização dos filhos dos senhores de terra e agregados à sociedade patriarcal” (NUNES, 1984, p. 265-266).

4. O ENSINO DA CASA NOS OITOCENTOS

No início dos oitocentos, devido à estagnação das escolas organizadas pela coroa portuguesa em território sergipano, a educação doméstica vai ganhando destaque. A função de mestre público em território nacional é menosprezada, já que, com salários baixíssimos e constantemente atrasados, não há aquele que permaneça realizando plenamente as suas funções (VASCONCELOS, 2005).

Ainda assim, as novas exigências de uma educação moderna e modernizadora continuava a avançar nos países mais desenvolvidos e seus requisitos cada vez mais complexos. Na análise da relação entre educação doméstica e educação estatal no século XIX percebe-se que:

[...] para as elites no século XIX, a educação doméstica era amplamente aceita e reconhecida como a maneira mais adequada para que seus filhos e filhas recebessem ensinamentos. Naquela época havia nacionalmente um intenso debate a respeito de qual seria o limite, a partir da instrução e da educação, em que seria responsabilidade do Estado educar e/ou instruir as crianças, pois não bastaria aos aprendizes a obtenção de conhecimentos de Português, Música, Línguas etc. Era também preciso fazê-los adquirir princípios essenciais à convivência social (AMORIM, 2012, p. 35).

A definição do que era o papel da educação doméstica e o que era papel da escola mantida pelo estado não passava por sua democratização, pois a classe social que sustentava os debates educacionais tinha um objetivo bastante claro: intelectualizar-se o máximo possível para distinguir-se da maioria da população iletrada.

Em biografias de filhos abastados da sociedade sergipana, torna-se possível perceber com clareza a importância que a educação doméstica possuiu em suas carreiras profissionais. Eles conseguiram manter o status social de suas famílias, em parte, devido às aulas particulares que



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A ORIGEM DA EDUCAÇÃO DOMÉSTICA EM SERGIPE: DO IMPÉRIO À REPÚBLICA
Maria José Torres Lima

recebiam no espaço de suas casas, principalmente àqueles que residiam em municípios distantes da então capital São Cristóvão (SANTOS, 2013).

Muitos desses meninos e, mais tarde, de meninas, estudavam em casa as noções básicas de leitura, escrita e cálculos, para poderem participar de exames de admissão de escolas de ensino secundário em outros estados. Corroborando com a informação de que as famílias abastadas do século XIX contratavam professoras (es) para proporcionar aprendizagem a seus herdeiros, destaca-se a preceptora alemã Marie Lassius.

[...] havia chegado à Província de Sergipe em princípios de 1863, contratada, por uma família da elite açucareira do vale do Vaza-Barris, encabeçada por um político ascensionista de pouco mais de quarenta anos e por uma jovem senhora que acabara de debutar. Fruto do primeiro casamento do comendador havia, além de Amélia, o pequeno Pedro Dias Dantas e Mello (185? -?), órfão ao qual a boa madrastra se apegara como se filho dela fosse e que, vez por outra, desfrutava das lições da preceptora alemã (ALBUQUERQUE, 2013, P.9).

Marie Lassius, como muitas outras preceptoras estrangeiras, viera a Sergipe com o intuito de ganhar dinheiro através do ensino doméstico. Apesar de o ordenado de um professor público na província ser em torno de 800.000 (oitocentos mil réis), por volta de 1860, era um salário bem abaixo daquele que recebiam as preceptoras. Ainda com uma bonificação, estas últimas, muitas vezes, não precisavam ter o dispêndio com habitação e alimentação (CALASANS, 1951).

A seguir encontram-se trechos da vida escolar desses estudantes que corroboram com o explicitado acima.

Antônio Dias de Barros (1871-1928), filho de Manuel Dias de Barros Junior, foi aluno da mesma escola, mas teve uma trajetória de formação escolar bem distinta do outro Antônio. Natural de Aracaju, vivenciou a experiência da educação doméstica em um primeiro momento. Com sua mãe, Maria Prisciliana de Carvalho, aprendeu os rudimentos da língua portuguesa. Depois foi aluno das professoras Maria Damásio e Angélica Teles de Menezes, que muito provavelmente ministravam aulas em suas próprias casas (SANTOS, 2013, p. 70).

Apesar de o autor não ter certeza da escolaridade de Antônio Dias de Barros anterior à sua entrada no internato Parthenon, sabe-se que para os filhos da alta sociedade sergipana, não havia outro modo de aprendizagem que não fosse com aulas particulares em âmbito doméstico. Afinal, diante dos riscos de saúde, má influência, a melhor alternativa era não misturar.

Outro aluno do Parthenon foi o laranjeirense, filho de Rufino Alves da Cruz Guimarães e Ignácia Maria d'Assunção Moreira Guimarães, Antônio Maria Moreira Guimarães. Antes de ser aluno daquela escola, fez as primeiras letras muito provavelmente na já referida modalidade doméstica. Em 1890, matriculou-se na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, para os estudos superiores. Todavia, não chegou a concluir este curso, pois em 1893 foi dispensado por ser considerado fisicamente incapaz para o serviço militar (SANTOS, 2013, p. 70).

Importante relatar que os meninos internos no mencionado internato, não vinham somente da capital, mas de todo o estado, como é o caso acima. Conclui-se que neste aspecto não havia distinção, pelo contrário, os grandes proprietários de terras eram os habitantes das cidades do interior.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A ORIGEM DA EDUCAÇÃO DOMÉSTICA EM SERGIPE: DO IMPÉRIO À REPÚBLICA
Maria José Torres Lima

Trajatória distinta realizou o filho de Policarpo José de Santa Rita Dantas e Maria Rosa Aranha Dantas. Nascido em 1810, em São Cristóvão, então capital da província de Sergipe d'El Rey, Manuel Ladislau Aranha Dantas, foi agraciado já perto do fim da vida, faleceu em 1875, com o título de Conselheiro do Império. Seu percurso de vida até aí começou provavelmente com uma formação escolar doméstica, bem comum à época. Em 1827 entrou na Escola Médico- Cirúrgica da Bahia e se formou cinco anos após. Poucos meses depois foi aprovado em concurso para a Cadeira de Filosofia de sua cidade natal (SANTOS, 2013, p. 71).

Ressalta-se que aqueles alunos que tinham a oportunidade de continuar os estudos após a educação da casa, geralmente faziam faculdade em outros estados e até em outros países e, quase sempre, as profissões de destaque desse século eram as mais procuradas além, é claro, da profissão docente. Escolhida por muitos, por ser uma profissão com poucas pessoas qualificadas para tal função.

Natural de Aracaju, onde nasceu em 1876, teve sua formação escolar iniciada na educação doméstica: aprendeu com a mãe os rudimentos da língua portuguesa. Depois, frequentou escolas de diferentes professores, nos diferentes lugares em que esteve acompanhando seu pai. Em 1883 estava no Maranhão. De lá foi para o Pará e depois Pernambuco, onde começou o curso de preparatórios. Estes foram concluídos em São Paulo em 1895. A possibilidade de cursar uma faculdade poderia lhe garantir alguma estabilidade, ainda que breve. De fato, em 1897 tornou-se aluno da Faculdade de Direito de São Paulo, de onde saiu bacharel em 1901 (SANTOS, 2013, p. 122).

A possibilidade de continuar os estudos em áreas de atuação conceituadas, davam a esses indivíduos, larga vantagem em relação aos seus contemporâneos, especialmente, os das classes pobres. Sua vida escolar iniciar-se com a educação doméstica, e conclui nas faculdades de destaque em outros lugares. Assim, não havia competição entre classes, mas, havia concorrência entre os mesmos pares. Quase sempre, esses garotos voltavam à Sergipe e ocupavam cargos de mando da estreita ponta da pirâmide de ocupação do trabalho social, ou ainda, na vida pública e política. Dessa forma, a ascensão social vinculada à oportunidade educacional está na origem da oferta de educação à população bem como, em sua perpetuação.

Com as mulheres a situação era mais precarizada, pois a prioridade era a educação dos meninos. Em todo caso, àquelas que recebiam os conhecimentos mais elementares só o poderia participar se, preferencialmente, feita em casa, os senhores de engenho mais ortodoxamente patriarcais da época, principalmente, eram os que optavam por contratar os serviços de uma preceptora ou professora particular, porém, havia aqueles que preferiam enviar as filhas para colégios internatos. Para instruí-las em casa, os patriarcas anunciavam, nos jornais a necessidade de contratar pessoas para encarregar-se de tal ensino, deveriam ser senhoras que soubessem iniciar as meninas no conhecimento da gramática portuguesa, da geografia, da música, do piano; e que, também, as instruisse no conhecimento da língua francesa: não só no traduzir como no falar dessa língua (FREYRE, 1964, p.117). Muitas preceptoras estrangeiras não conheciam a língua portuguesa muito bem, mas, somente pelo fato de terem recebido uma educação europeizada, eram as preferidas dessa clientela.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A ORIGEM DA EDUCAÇÃO DOMÉSTICA EM SERGIPE: DO IMPÉRIO À REPÚBLICA
Maria José Torres Lima

5. MÉTODO

Para a construção desse estudo, foi utilizado como fonte a bibliografia brasileira e sergipana disponível no campo educacional.

6. CONSIDERAÇÕES

A educação doméstica, enquanto uma prática educativa voltada para as elites no Brasil imperial e republicano, exerceu o papel de instruir membros da sociedade sergipana num contexto educacional fragilizado por iniciativas de cunho político. Logo, garantiu um lugar no rol de estratégias utilizadas pela população brasileira para a superação das ações direcionadas na contramão da escolarização.

Ao recorrer ao passado para explicar as representações estampadas no panorama educacional de Sergipe, mesmo que essa busca tenha ido um pouco longe, a proposta foi a de inserir a educação doméstica na conjuntura modernizadora que movia a sociedade no período exposto nesse estudo, e assim, demonstrar os problemas educacionais parcialmente, ou nada resolvidos desse país.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros **Entre cartas e memórias**: preceptoras europeias no Brasil do século XII. 2013. 193f. Tese (Doutorado em História) – UFBA, Salvador, 2013.

AMORIM, Simone Silveira. **Configuração do trabalho docente e a instrução primária em Sergipe no século XIX (1827-1880)**. 2012. 240f. Tese (Doutorado em Educação) - PPGED, UFS, São Cristóvão, 2012.

CALASANS, José. O ensino público em Aracaju (1830-1871). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, n. 20, p. 96-120, 1951.

FREYRE, Gilberto. Tensões sociais na formação do Brasil moderno. *In*: FERNANDES, Florestan (org). **Comunidade e sociedade no Brasil**: leituras básicas de introdução ao estudo macro-sociológico do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Editora da USP, 1964.

NUNES, Maria Thetis. **História da educação em Sergipe**. Aracaju: Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Sergipe; Universidade Federal de Sergipe; Paz e Terra, 1984.

SANTOS, Fábio Alves dos. **Elite letrada e ofício docente em Sergipe no século XIX**. 2013. 130f. Tese (Doutorado em Educação) - PPGED, UFS, São Cristóvão, 2013.

SANTOS, Vera Maria dos. **A mulher de posses e a instrução elementar na Capitania de Sergipe Del Rey nos anos setecentos**. 2011. 270f. Tese (Doutorado em Educação) - PPGED, UFS, São Cristóvão, 2011.

SILVA, Eugênia Andrade Vieira da. **A elite setecentista instruída em Sergipe Del Rey (1725-1800)**. 2013. 380f. Tese (Doutorado em Educação) - PPGED, UFS, São Cristóvão, 2011.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

A ORIGEM DA EDUCAÇÃO DOMÉSTICA EM SERGIPE: DO IMPÉRIO À REPÚBLICA
Maria José Torres Lima

SIQUEIRA, Luís. **De La Salle a Lancaster**: os métodos de ensino na escola de primeiras letras sergipana (1825-1875). 2006. 226f. Dissertação (Mestrado em Educação) - PPGED, UFS, São Cristóvão, 2011.

VASCONCELOS, M. C. C. **A casa e os seus mestres**: a educação doméstica como prática das elites no Brasil de oitocentos. 2004. 336f. Tese (doutorado) – PUC-RIO, Rio de Janeiro, 2004, 2 v.

VASCONCELOS, M. C. C. **A casa e os seus mestres**: A educação no Brasil de oitocentos. Rio de Janeiro: Gryphus, 2005.